
Os Sistemas-mundo e a Globalização

Caio Graco Valle Cobério*

Resumo

Por meio de uma sistematização sobre o que se constitui na teoria dos sistemas-mundos, o artigo apresenta os debates sobre o capitalismo histórico, ou seja, a afirmação do sistema capitalista mundial de uma perspectiva de longo prazo. Essa teorização é produto da contribuição fundamental de três autores – um historiador e dois sociólogos –, sendo eles Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. As semelhanças e diferenças dessas três abordagens permitem conceber o sistema capitalista com as distinções de seu desenvolvimento histórico que podem, por sua vez, resultar no levantamento de problemáticas e possibilidades diversas para a compreensão do fenômeno da globalização, vista como um momento próprio do processo histórico recente, ao mesmo tempo singular e padronizada. O momento atual pode ser compreendido mediante uma análise bastante diferente das que propõem ver na globalização uma continuidade e um aprimoramento do capitalismo no final do século vinte. O equilíbrio do sistema e a ascensão de novos centros são fatores importantes dessa nova análise. Objetiva-se a compreensão do que é o capitalismo histórico por intermédio do conhecimento de seus ciclos de acumulação e por meio das repetições inerentes a estes ciclos – nas quais padrões são estabelecidos – interpretar a natureza da globalização como parte do desenvolvimento histórico do sistema capitalista. Os métodos de análise partem da longa duração para os modelos particulares de continuidade dos ciclos de Kondratieff ou de ruptura pelos ciclos sistêmicos de acumulação. O debate situa-se nos campos da Macrossociologia Histórica.

Palavras-chave: Capitalismo. Ciclos. Continuidade. Ruptura. Transição.

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc); Rua Luiz Fagundes, n. 120/104 – BC 01, Praia Comprida, São José, SC; prof.caio-graco@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho visa-se apresentar, de forma sucinta, a atual análise do capitalismo como sistema mundial, mediante uma perspectiva histórica, enfocando as suas fases de expansão e declínio – entendidas como ciclos – durante os séculos precedentes ao século XX até o último ciclo no qual se insere a globalização. A análise sistemática dos ciclos do capitalismo histórico mostra que a globalização encontra-se em um momento de transição e surgimento de um novo ciclo, contando com peculiaridades que podem apontar para profundas modificações no sistema. A partir das abordagens principais de Immanuel Wallerstein, com sua teoria dos sistemas-mundo apoiada nos conhecidos ciclos de Kondratieff e nas tendências seculares de Giovanni Arrighi, enfatizando a ruptura entre os ciclos sistêmicos de acumulação apoiado no modelo da metamorfose de Mensch, será possível conhecer as diferentes análises do capitalismo histórico e os desdobramentos conseqüentes para a atualidade globalizada. Ambos os autores partem da referência comum de Fernand Braudel, que inaugurou os estudos do capitalismo sob a perspectiva da longa duração, a dimensão temporal mais lenta, de onde sobressaem as permanências e repetições, de respiração contida e amplitude multissecular.

Desse modo, o capitalismo é visto como um fenômeno que se estende por um passado distante, por volta do século XV até os dias atuais. Como conseqüência dessa perspectiva, as permanências e transformações que ocorreram ao longo da história do capitalismo servem como base para se pensar o momento atual desse sistema, geralmente identificado no nosso tempo com a chamada Globalização. No entanto, os dois autores questionam a validade de algumas interpretações do capitalismo recente, justamente pelo fato deles não partirem da imediatidade atual, do ineditismo absoluto que se atribui ao momento, mas pelo contrário, partirem de uma perspectiva histórica, identificando aspectos comuns a outras fases do capitalismo no presente e também aspectos novos exclusivos do atual contexto. Essa localização da Globalização em um processo histórico mais amplo – que é o do próprio capitalismo – faz com que os

autores se permitam a pensá-la como uma possível fase de transição do capitalismo. Articulam os fatos empíricos no esclarecimento da nova realidade, assim como apontam para as conseqüências advindas dela.

As teorias dos sistemas-mundo sustentam-se num aparato conceitual que, como o próprio nome diz forma no seu conjunto uma visão sistêmica. Isso significa que as partes do todo não são percebidas isoladamente, mas como partes que necessariamente estabelecem diversas relações entre si, encerrando aí uma crítica subjacente às análises postuladas pela “Teoria da Dependência”. Apesar de formas distintas, essas abordagens são também comuns e afetam dois ramos da Macrossociologia Histórica: a Sociologia Histórica Comparativa e a Economia Política dos Sistemas-Mundo, cujas limitações devem-se à centralidade que conferem ao construto ocidental do Estado-nação, apesar da importância de países não-ocidentais, especialmente do Leste Asiático, para o processo da Globalização.¹

2 O CAPITALISMO HISTÓRICO

O ponto de partida da análise é a compreensão histórica do capitalismo ou, em outras palavras, do sistema capitalista mundial. Isso tem como pressuposto o estudo do capitalismo em longo prazo, mesmo quando a preocupação dos autores é a situação atual desse sistema.

Aliás, esse é o diferencial, pois segundo eles, a melhor compreensão do capitalismo recente só pode ser dada mediante a continuidade estabelecida entre seus momentos pretéritos. Existe uma diferença fundamental entre as teorias de Wallerstein e Arrighi, que será explanada mais adiante, quando for feita a avaliação do comportamento cíclico do capitalismo segundo esses autores. Enquanto Wallerstein propõe o estudo das continuidades do capitalismo em suas fases de ascensão e declínio, conforme o modelo dos ciclos de Kondratieff, Arrighi identifica, para além das permanências, processos de ruptura e reestruturação, gerando o que ele chama de “ciclos sistêmicos de acumulação”, supostos no modelo dos ciclos de Mensch.

De qualquer forma, ambos situam-se no campo do capitalismo histórico, com a intenção de contribuir ao mesmo tempo com uma teoria e uma crítica do capitalismo. Com doses de originalidade, essa teoria não se constitui nem do marxismo ortodoxo, nem é uma revisão de outros autores que estudaram o capitalismo, com exceção do caso específico de Fernand Braudel do qual extraem o cerne da decomposição temporal, que permite entender o processo histórico na dialética entre o capitalismo, a economia de mercado e a vida material além da longa duração, na qual por excelência se pode compreender o capitalismo de fato. Entretanto, algumas categorias de análise que são reelaboradas vinculam-se às idéias defendidas por Marx.

Por exemplo, a acumulação primitiva de capital que na demonstração marxista revelava a apropriação dos excedentes para a formação do sistema capitalista contemporâneo mundial, ganha dimensões mais particulares. O capitalismo deixa de ser visto como um processo que se realizou plenamente no século XIX, para ser entendido como um sistema cuja formação iniciou pelo menos quatro séculos antes. Ao invés de um único processo de acumulação, são vários processos correspondentes aos diferentes ciclos da acumulação diferenciada durante o desenvolvimento da expansão capitalista. Também de forma semelhante, a acumulação que Marx demonstrou na fórmula Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro (DMD'), serve para a compreensão das transformações do sistema capitalista mundial, tendo como base a hipótese de Braudel segundo a qual os momentos de expansão financeira significam possíveis reestruturações do capitalismo. Isso explicaria de acordo com Arrighi, as mudanças para os diferentes ciclos de acumulação.

Nesse espírito de abertura e reexame teórico, Wallerstein também propõe que tanto o sistema capitalista quanto suas categorias fundamentais que são hoje lugar comum, precisam ser compreendidas dentro da dinâmica de sua evolução histórica. A idéia que hoje é dominante sobre o que é o capitalismo, teve sua construção definida em um momento histórico específico (o século XIX), portanto refletem as características do sistema capitalista naquele momento. O estudo histórico do capitalismo deve então ser ampliado

para que sejam conhecidas e corresponda àquilo que Braudel buscou compreender como as grandes e principais características do capital: sua infinita flexibilidade e capacidade de mudança e adaptação.

3 AS CONTRIBUIÇÕES DE BRAUDEL

Em “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo à Época de Filipe II”, publicado em 1949, Fernand Braudel expunha sua idéia da decomposição do tempo histórico. Esse pensamento remanescente da *Escola dos Annales* instaurou uma renovação sem precedentes na historiografia contemporânea, a partir de uma reflexão sobre a crise geral que havia passado a humanidade ao final da primeira metade do século XX. O pensamento de Braudel buscava não somente servir de luz para compreender esses acontecimentos catastróficos pelos quais o homem havia acabado de passar, como também exprimia uma necessidade de se buscar uma nova forma de conceber a história que superasse as perspectivas da história tradicional, que enfatizava o evento e o indivíduo. Assim, nessa obra, ele explica sua concepção de história de acordo com o ritmo das temporalidades. São três os níveis do tempo histórico segundo Braudel (1992, p. 13-14):

[...] uma história quase imóvel, a do homem em suas relações com o meio que o cerca; uma história lenta no seu transcorrer e a transformar-se, feita com frequência de retornos insistentes, de ciclos incessantemente recomeçados.

[...] Acima desta história imóvel, uma história lentamente ritmada, dir-se-ia de bom grado, não fosse a expressão derivada de seu sentido pleno, uma história social, a dos grupos e dos agrupamentos.

[...] Terceira parte, enfim, a da história tradicional, se quisermos, da história à dimensão não do homem, mas do indivíduo, a história ocorrencial.

Com essas prerrogativas, Braudel afirmava que na história não era possível perceber um único tempo social como uma única corrente, mas um tempo com múltiplas velocidades e lentidões. Sua distinção tem-

poral nesse momento revelava um tempo geográfico, um tempo social e um tempo individual.

Posto o problema das temporalidades múltiplas, o método de análise passaria a ser feito por meio da compreensão e do relacionamento das durações. As conjunturas econômicas, das oscilações cíclicas, seriam divididas em períodos de dez, vinte ou cinquenta anos; essas conjunturas por sua vez, só poderiam ser percebidas em sua reincidência se fossem submetidas ao tempo de mais longa ou longuíssima duração, de amplitude secular; o inverso deste tempo é o da história ocorrencial, *événementielle*. A compreensão histórica ocorreria no transcorrer de um pólo ao outro do tempo, do instantâneo à longa duração.

Na sua segunda grande obra, “Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII”, publicada em 1979, é que se pode claramente compreender a participação de Braudel na formulação da teoria dos sistemas-mundo. No capítulo 1 do volume 3 – *O Tempo do Mundo* –, intitulado *As Divisões do Espaço e do Tempo na Europa*, começa introduzindo sobre o conceito de economias-mundo (BRAUDEL, 1996, p. 12, grifo do autor):

A economia-mundo (expressão inusitada e mal acolhida pela língua francesa, que outrora forjei, à falta de melhor e sem grande lógica, para traduzir um emprego especial da palavra alemã *Weltwirtschaft*) envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica.

No decorrer do capítulo, entremeando análises teóricas e confrontando-as com o passado histórico, concebe a transformação das economias-mundo europeias dentro de um tempo longo e secular. Não só o tempo, mas o espaço também é perceptível historicamente e capaz de produzir permanências e repetições, afirmando regularidades, como a do primado urbano e da hierarquia das zonas de uma economia-mundo, que “[...] estão voltadas para um mesmo ponto, o centro: “polarizadas”, constituem já um conjunto com múltiplas coerências.” (BRAUDEL, 1996, p. 25).

Segundo Braudel, a economia-mundo é uma ordem dentre outras ordens. Isso já aponta para uma visão sistêmica, apesar de que a idéia defendida é da constituição de centros e periferias, do não-isolamento da economia-mundo, como meio para se alcançar o que é definido pelo autor (BRAUDEL, 1996, p. 35) como “[...] uma globalidade, aquilo que designamos por sociedade por excelência, o conjunto dos conjuntos.” Também são enfatizados os processos de divisão internacional do trabalho e a partir de então, inicia-se o debate com o próprio Wallerstein, sobre conceitos afins. Braudel se mostra impecavelmente absorvido pelo problema das durações e este é o seu campo de análise, como se tudo aí fosse concebido, ou seja, submete tudo ao tempo histórico, até mesmo a própria teoria de Immanuel Wallerstein, no que se referem aos impérios, sociedades, culturas e Estados (BRAUDEL, 1996, p. 40):

Com efeito, no centro da economia mundo aloja-se sempre, forte, agressivo, privilegiado, um Estado fora de série, dinâmico, ao mesmo tempo temido e admirado. Já é o caso de Veneza no século XV; da Holanda no século XVII; da Inglaterra no século XVIII e mais ainda no século XIX; dos Estados Unidos atualmente. Poderiam esses governos “no centro” deixar de ser fortes? Immanuel Wallerstein deu-se ao trabalho de provar que não, a propósito do governo das Províncias Unidas, no século XVII, que contemporâneos e historiadores se fartaram de dizer que era quase inexistente. Como se a posição central, por si só, não criasse e não exigisse também um governo eficaz. Como se governo e sociedade não fossem um único conjunto, um mesmo bloco. Como se o dinheiro não criasse uma disciplina social e uma facilidade de ação extraordinária!

Fernand Braudel é sem dúvida um dos maiores nomes da historiografia do século XX e vêem-se o seu pensamento influenciando diversas outras áreas do conhecimento. Esse é um dos alvos a serem atingidos pelas diferentes durações temporais braudelianas: o entendimento da fusão dos inúmeros campos que compõem o tempo social, a explicação das interse-

ções temporais pelas várias ciências do homem, reciprocamente. Considerado por isso um precursor da teoria dos sistemas-mundo, Braudel (1996, p. 56) não abre mão de suas próprias especificidades de historiador e aconselha o sociólogo:

Immanuel Wallerstein conta que chegou à explicação da economia-mundo ao procurar a unidade de medida mais extensa e que, por outro lado, se mantenha coerente. Mas, evidentemente, na luta que esse sociólogo, africanista ainda por cima, trava contra a história, a sua tarefa não está terminada. Dividir segundo o espaço é indispensável. Mas é necessária também uma unidade temporal de referência. Pois, no espaço europeu, sucederam-se várias economias-mundos. Ou melhor, a economia mundo européia mudou várias vezes de forma desde o século XIII, deslocou o seu centro, redefiniu as suas periferias. Então não deveremos perguntar-nos qual é, para uma dada economia-mundo, a unidade temporal de referência mais longa e que, a despeito da sua duração e das múltiplas alterações, conserva, ao longo do tempo, uma inegável coerência? De fato, sem coerência não há medida, quer se trate do espaço, ou do tempo.

4 A OPOSIÇÃO ENTRE WALLERSTEIN E ARRIGHI

Partindo dessa contribuição Braudeliana, Immanuel Wallerstein (1999, p. 470) propôs a análise dos sistemas mundiais como:

[...] uma exortação à construção de uma ciência social histórica que se sinta à vontade com as incertezas da transição, que contribua para a transformação do mundo ao esclarecer as opções sem apelar para a muleta de uma crença no triunfo inevitável do bem. [...] não é um paradigma da ciência social histórica. É uma exortação a um debate acerca do paradigma.

Concretamente, ele procura compreender a formação histórica do capitalismo a partir de uma análise sistêmica, ou seja, de como o capitalismo surgido na Europa

do século XVI expandiu sua organização social do trabalho, incorporando as demais áreas geográficas em sua economia. Para essa compreensão existe um complexo arcabouço de categorias, cujo um dos objetivos segundo o próprio autor é determinar o “hipercomplexo”.

Nas obras *A Ascensão e Fracasso Futuro do Sistema Capitalista Mundial: Conceitos para Análise Comparativa* e *O Sistema-Mundo Moderno I: Agricultura Capitalista e as Origens da Economia-Mundo Européia no Século XVI*, publicadas em meados dos anos 70, Wallerstein esboça os conceitos de moderno sistema mundial, economia-mundo capitalista e sistema interestatal. Na unidade de análise da economia-mundo capitalista, os sistemas sociais são sistemas históricos complexos que representam uma rede integrada de processos econômicos, políticos e culturais que por um lado, tem dinâmica própria e capacidade de diferenciação, mas que por outro lado, são unidos por processos e estruturas. Essa união é possibilitada pela divisão mundial do trabalho. Ela é resultado da expansão por regiões diferenciadas de interesses monopolistas e da acumulação do capital.

Dentro dos sistemas mundiais existem dois outros tipos de sistemas: o minissistema, que são as economias tribais integradas por intermédio da reciprocidade e que envolvem divisão do trabalho, entidade política e cultura única e o sistema-mundo, uma unidade espaço-temporal cujo horizonte espacial é coextensivo à reprodução de suas bases econômico-materiais sobre áreas externas e que engloba outras entidades políticas e sistemas culturais.

Os sistemas-mundo por sua vez, podem ser de dois tipos: em primeiro lugar, os impérios-mundo, que envolvem dois ou mais grupos culturalmente distintos, dependentes de um governo único e politicamente centralizado, que mantém limites geopolíticos dentro dos quais controla a divisão do trabalho e apropria o excedente pela tributação feita por uma burocracia e um exército; em segundo lugar, as economias-mundo que ao contrário, não necessitam de um poder central e são constituídas por uma divisão mundial do trabalho, esta por sua vez, unida pelo mercado. A interdependência econômica entre regiões que são política e culturalmente distintas é denominada de sistema-mundo.

Ao longo da história da humanidade esses vários tipos coexistiram em diferentes tempos e espaços.

No entanto, o sistema-mundo moderno surgiu como parte de um processo em que por um lado, houve a expansão de uma economia-mundo capitalista e por outro, a relação dela com um sistema interestatal. O moderno sistema mundial capitalista, construído sobre uma divisão axial do trabalho gerou a distribuição desigual de seu produto entre as regiões que participam da produção mundial, sendo os capitais concentrados em regiões conceituadas como centrais e apoiadas por Estados nacionais que absorvem o excedente gerado não só pelos seus trabalhadores, mas também parcela do excedente gerado pelos trabalhadores de outras regiões, conceituadas como periféricas. A divisão axial do trabalho na economia-mundo capitalista adquire proporção mundial, concretizada em cadeias de mercadorias que são cadeias produtivas e comerciais que englobam vários territórios e Estados, desde a extração de matérias-primas feita nas periferias, até a transformação em produtos de alto valor agregado realizada no centro. O mercantilismo foi o resultado da ação de capitalistas locais que usaram estruturas estatais para organizar o comércio de longa distância.

Ao se formar a divisão do trabalho entre diversas regiões da economia-mundo capitalista em expansão, forma-se uma relação centro-periferia onde são desenvolvidas as etapas das cadeias mercantis, sendo ela manipulada pelos Estados nacionais mais fortes de modo a garantir aos seus capitalistas locais o controle sobre o processo produtivo e comercial. Passa assim a operar uma força centrípeta de concentração de excedente na burguesia do centro, que se utiliza de vários expedientes monopolistas para absorver a maior parte do valor gerado na cadeia mercantil. Nesses elos, algumas regiões podem ao mesmo tempo, transferir valor para atividades centrais e absorver valor das atividades periféricas sendo por isso consideradas semiperiferias.

A transferência sistemática dos excedentes das regiões periféricas para as regiões centrais, juntamente com a necessidade dos capitalistas destas regiões do centro de garantirem o monopólio de suas atividades econômicas mediante alianças duradouras com o Estado, gera uma distribuição do produto do siste-

ma completamente assimétrica, que são as trocas desiguais, mecanismo pelo qual o excedente é retirado das periferias e concentrado nos centros. Esse excedente apropriado possibilita a acumulação de capital que tal qual no sentido marxista de extração da mais-valia do trabalhador, ganha ainda a dimensão maior da economia-mundo, entre centro e periferia.

Os Estados centrais, com força política, diplomática e militar, que influenciam na economia-mundo e submetem os Estados mais fracos formam com eles como já foi dito, um sistema interestatal. Neste existe historicamente, ora o domínio predominante de um Estado central, ora a rivalidade e disputa entre eles. O funcionamento do sistema interestatal pode ser explicado pelo imperialismo – quando há o domínio de um Estado mais forte sobre um mais fraco do qual se retira o excedente –, ou pela hegemonia – quando uma potência pode impor suas regras nos campos econômico, político, militar, diplomático e cultural – evitando a revolta e a concorrência e oferecendo uma perspectiva de melhorias dentro da organização vigente do sistema. Na abordagem da economia-mundo que ocorre em escala global, a luta de classes extrapola o conflito entre trabalhadores e capitalistas, atravessando os limites dos Estados nacionais.²

Em relação ao pensamento de Giovanni Arrighi podem ser encontradas várias semelhanças. Permanece a preocupação em descrever e interpretar o capitalismo histórico assim como a perspectiva da longa duração. A abordagem sistêmica também é mantida, sendo as economias-mundo compreendidas por meio da expansão capitalista de um determinado centro. As obras recentes *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo* e *A Ilusão do Desenvolvimento*, servem de base para a compreensão dos fundamentos do pensamento de Arrighi, que por aí já começa a se afastar de Wallerstein. Na dinâmica evolutiva do sistema capitalista mundial, o primeiro está mais atento não só com a continuidade de estruturas e relações que existem dentro desse sistema, mas também e principalmente, com as discontinuidades e conseqüentes inovações nessas estruturas e as novas relações que se estabelecem entre elas, ou seja, em outras palavras, atenta às mudanças na longa duração.

Tais mudanças são cíclicas, pois possuem uma lógica subjacente e repetem as contradições do capitalismo concebido historicamente. O sistema-mundo moderno surge então como uma série de reorganizações fundamentais ocorridas em sucessivos momentos que o colocaram em diferentes etapas de desenvolvimento. Em cada uma dessas etapas (este parece ser um fator incontestável que se apresenta nas três teorias já apresentadas) existe uma aliança entre o capital e o Estado, aquela união entre o poder político e econômico, que permite a expansão do capitalismo a partir de um “centro”. Arrighi identifica essa aliança como um bloco ou comunidade de agentes governamentais e empresariais, responsável por um conjunto específico de inovações e estratégias que os fazem capazes de conquistar a liderança do sistema-mundo. A sucessão e permanência desses agentes é o que dá forma ao “regime de acumulação em escala mundial”. Este permanece ao longo da história mesmo quando se alteram os centros das economias-mundo e ocorrem as chamadas transições hegemônicas: momentos de mudança no agente principal dos processos mundiais de acumulação de capital e das estruturas político-econômicas em que tais processos estão baseados.

Essa visão do sistema mundial capitalista levou à formulação do conceito central na análise de Arrighi, o de “ciclos sistêmicos de acumulação”. Resumidamente, são ciclos de ascensão e queda de hegemonias políticas e dos respectivos regimes de acumulação de capital e poder que lhe são subjacentes, intervalados por períodos de transições sistêmicas. Ou ainda (ARIENTI, 2007, p. 20):

Em cada estágio do capitalismo histórico, um determinado Estado hegemônico e os agentes capitalistas a ele relacionados (“complexos particulares de órgãos governamentais e empresariais” ou aliança capital e Estado) estão na liderança do “andar superior” da economia. O Estado hegemônico lidera o sistema interestatal e seus agentes capitalistas lideram as principais cadeias de mercadorias, tornam-se os líderes dos processos sistêmicos de acumulação de capital e poder na escala do sistema-mundo. Esses agentes hegemônicos governamentais e empresariais possuem estratégias com-

binadas de acumulação de capital em escala global, concentração do excedente em novas atividades centrais, constituição de novos centros e novas periferias e nova hegemonia no sistema interestatal. Assim, o ciclo sistêmico de acumulação é o ciclo de vida desses agentes, de suas estruturas e estratégias que constroem, transformam e caracterizam cada estágio do desenvolvimento capitalista.

Ao identificar os ciclos sistêmicos de acumulação e periodizar o desenvolvimento histórico do capitalismo, foram possibilitadas quatro etapas: um primeiro ciclo genovês, correspondendo ao longo século XVI, de 1450 a 1630; um segundo ciclo holandês, de 1630 a 1780; um terceiro ciclo britânico, de 1780 a 1930; por último, um quarto ciclo norte-americano, atual, cuja 1ª fase vai de 1930 a 1970.

5 O COMPORTAMENTO CÍCLICO DO CAPITALISMO

Refere-se ao comportamento cíclico do capitalismo na longa duração. Longe de estabelecer uma teoria dos ciclos é, no entanto, condizente para melhor elucidar o que já foi exposto, entender pelo menos três concepções cíclicas que fazem parte da teoria dos sistemas-mundo e que, na visão do autor, constituem a diferença essencial entre as propostas de Wallerstein e Arrighi.

Conforme já foi dito, Fernand Braudel (1992, p. 23) foi o grande entusiasta da longa duração e de nela encontrar a história verdadeira. “Assim são os acontecimentos: para além de seu clarão, a obscuridade permanece vitoriosa.” Nesse autor reside uma séria preocupação de valorizar as análises econômicas de longos períodos. Suas referências ao trabalho de outro historiador, Ernest Labrousse com seus inter-ciclos, são sempre exemplo da proficuidade da junção entre a história econômica e a história social. Outros modelos vão se constituindo importantes instrumentos de análise do historiador (BRAUDEL, 1992, p. 47).

Aparece uma nova forma de narrativa histórica, digamos o ‘recitativo’ da conjuntura, do ciclo, até mesmo do ‘inter-ciclo’, que propõe à nossa escolha uma

dezena de anos, um quarto de século e, no limite extremo, o meio século do ciclo clássico de Kondratieff.

Portanto, partindo mais uma vez de Braudel, destacam-se os dois primeiros ciclos importantes nessa análise, que serão apropriados na teoria de Wallerstein: o *trend* secular e o ciclo de Kondratieff. O *trend* secular, conforme o próprio Braudel (1996, p. 64-65) possui o recorde de duração na lista dos ciclos, de tendência secular, apesar de ser o mais desprezado de todos:

Pouco perceptível no momento, mas seguindo seu caminho, sempre numa mesma direção, o *trend* é um processo cumulativo. Acrescenta-se a si mesmo; tudo se passa como se ele fosse elevando pouco a

pouco a massa dos preços e das atividades econômicas até o momento em que, no sentido inverso, com a mesma obstinação, põe-se a trabalhar por sua baixa geral, imperceptível, lenta, mas prolongada. Ano a ano, ele quase não conta; século após século, revela-se um ator importante.

Segundo os dados atuais, existem quatro desses ciclos seculares na Europa. As datas do início da subida, do ponto culminante e do fim da descida são respectivamente:

- a) 1250/1350/1507-1510;
- b) 1507-1510/1650/1733-1743;
- c) 1733-1743/1817/1896;
- d) 1896/1974/(?) (ver Gráfico 1).

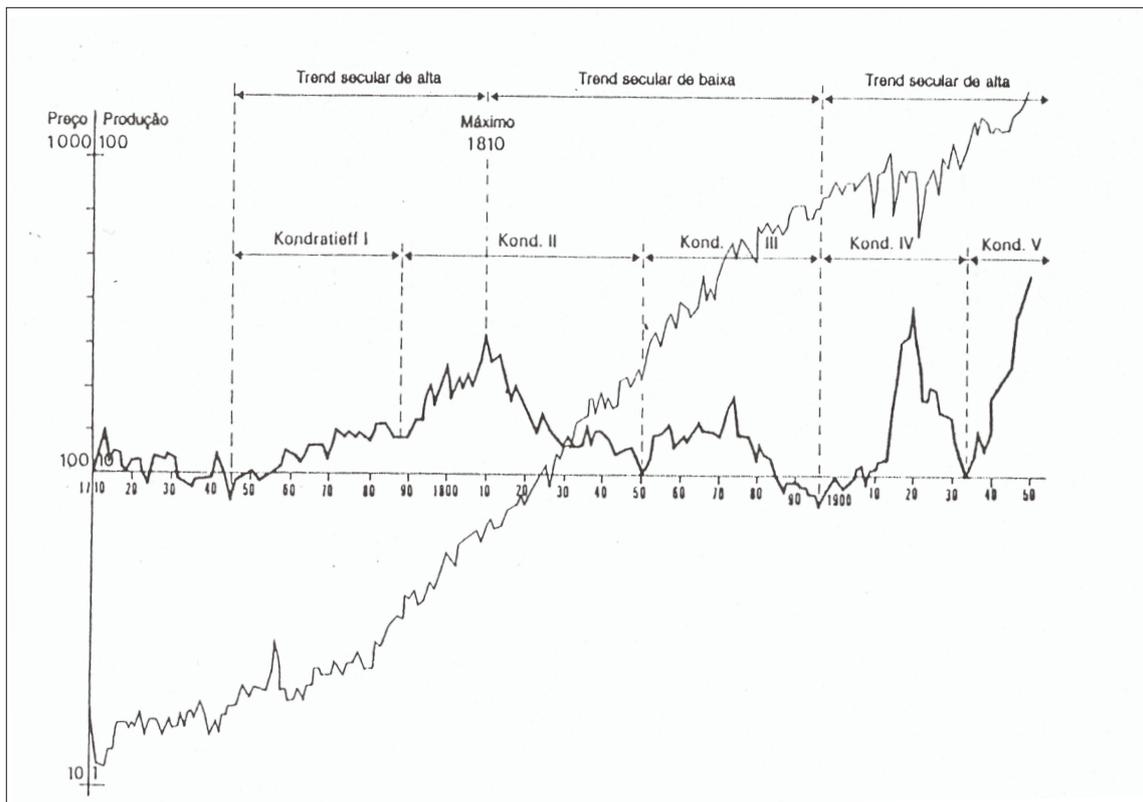


Gráfico 1: Ciclos Kondratieff e *Trend* Secular
 Fonte: Braudel (1996, p. 67).

Outra possibilidade são os respeitáveis ciclos de Kondratieff, de aproximadamente meio século. Juntos, esses dois movimentos formam uma música conjuntural longa, que ora reforçam-se ou atenuam-se, mutuamente, de acordo com o Gráfico 1.

Em relação ao ponto de desacordo entre Wallerstein e Arrighi, a representação dos ciclos é esclarecedora. Percebe-se que no Gráfico 1 existe uma clara continuidade entre os ciclos, seja o secular, seja o de Kondratieff. Nessa perspectiva,

está apoiada a análise dos sistemas mundiais de Wallerstein. Os ciclos sistêmicos de acumulação de Arrighi devem-se lembrar, levam em conta as reestruturações do sistema capitalista mundial, as inovações e por conseqüência, as mudanças e rupturas na longa duração. Portanto, onde existem as fases de ascensão e declínio nos ciclos de Kondratieff, Arrighi vê uma ruptura e reestruturação do ciclo sistêmico de acumulação, incompatível com a linearidade que é transmitida na representação exposta

no Gráfico 1. Para melhor demonstrar seu raciocínio, ele se utiliza dos ciclos de Mensch, em cuja representação no Gráfico 2, ficam claros os momentos de reestruturação, correspondentes às transições hegemônicas.

Essa característica parece ser fundamental para a formulação do conceito de ciclos sistêmicos de acumulação. A ênfase aí está na mudança e na reestruturação, enquanto no modelo anterior, encontra-se na permanência das estruturas.

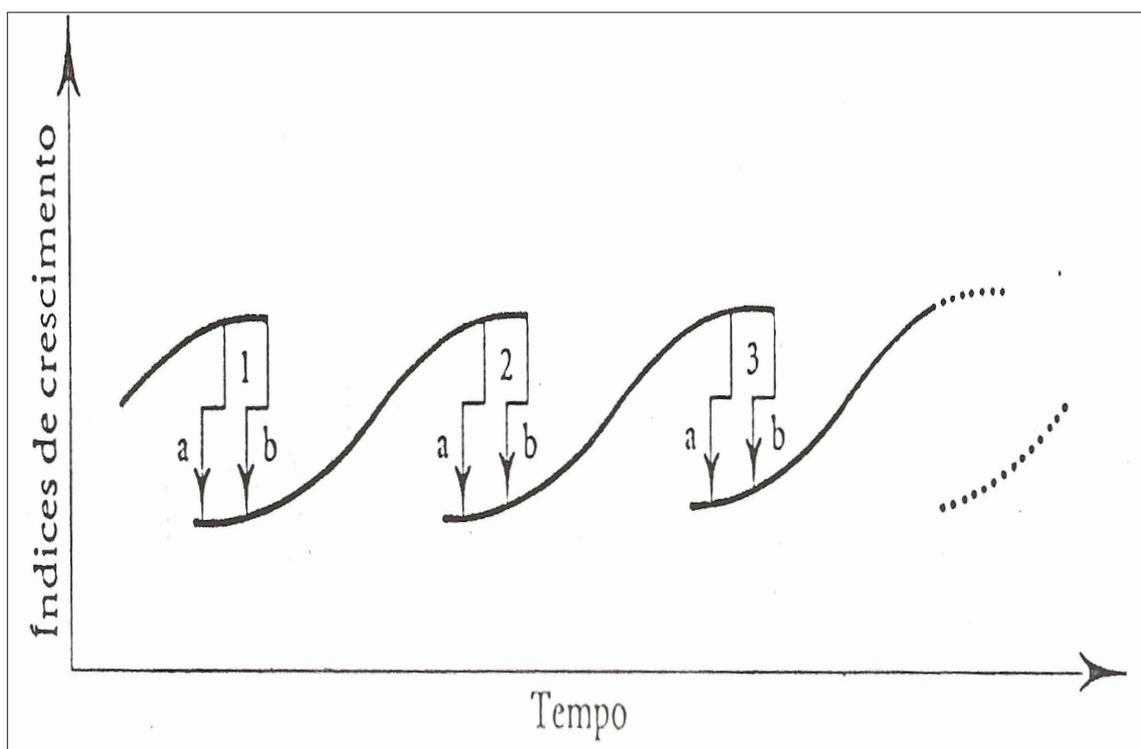


Gráfico 2: O Modelo de Metamorfose de Mensch
Fonte: Mensch (1979, p. 73 apud ARRIGHI, 1997, p. 9).

6 DIÁLOGOS COM MARX, WEBER E ADAM SMITH

Na segunda seção deste artigo foi escrito que a teoria dos sistemas-mundo com originalidade, não partia nem do marxismo ortodoxo, nem da revisão de estudiosos do capitalismo. Realmente, essa teoria tem características próprias. Mas como não poderia deixar de ser, ao identificar um sistema capitalista mundial, que por si só já é diferente de modo de produção, está situada numa região da análise social e histórica que é

completamente voltada para a compreensão do capitalismo, na fronteira com vários pensadores independentemente de suas raízes ideológicas. Daí o debate e as referências com pelo menos três clássicos do pensamento econômico e sociológico moderno.

Na teoria de Immanuel Wallerstein alguns conceitos são reelaborados fundamentalmente das análises marxistas precedentes. Assim como Marx, que se apropriara do conceito de divisão social do trabalho formulado originalmente por Adam Smith, utilizando-o para explicar a distribuição desigual do produto do trabalho entre as classes sociais, Wallerstein aplica-o à aborda-

gem do sistema mundial moderno. A noção é ampliada para uma divisão mundial do trabalho para explicar a distribuição desigual entre as diversas regiões que participam da produção capitalista mundial. Dessa forma, elabora a teoria da troca desigual, sobre os mecanismos que agem nas relações entre centro e periferia, fazendo com que sistematicamente o excedente econômico das áreas periféricas seja apropriado pelo caráter monopolista das regiões centrais. A burguesia do centro acumula o excedente econômico dentro das fronteiras nacionais do centro, gerando a distribuição desigual da produção mundial e favorecendo seu próprio Estado Nacional. A taxa de lucros que é baixa na periferia é transferida para o centro, onde a taxa de lucro é muito mais alta. Fazendo essa troca desigual em vários elos da cadeia de produção de mercadorias, o excedente produzido nas periferias vai sendo sempre transferido para as burguesias centrais, que lhe atribuem um valor muito mais alto, que proporcionam um lucro também muito mais alto do que aquele que teve a burguesia da periferia. Essa sistemática troca desigual é que leva às diferenciações das unidades que existem dentro de um sistema interestatal.

Este sistema interestatal se forma quando um Estado com força política, econômica, militar e diplomática é capaz de exercer influência na economia mundial, mesmo que concentre em seu território as atividades centrais, é explicado com conceitos também comuns ao pensamento marxista: o imperialismo e a hegemonia. Os significados são conhecidos, no primeiro, quando há propriamente um controle e uma dominação de um Estado mais forte sobre um Estado mais fraco e, no segundo, quando há uma primazia de uma potência sobre as demais, num momento de concorrência desequilibrada, de modo que esta potência garante que não haja contestação seja de seus rivais do centro, seja das regiões subordinadas da periferia, por meio da perspectiva de melhoria para todos dentro desse sistema. No momento em que essa hegemonia é contestada, surge rivalidade e disputa entre os Estados centrais.

O conceito de luta de classes, central na análise marxista, considerada a força motriz da história e marcada pela oposição entre os interesses políticos e econômicos das classes trabalhadoras e proprietárias, adquire em Wallerstein uma dimensão global que re-

laciona Estados Nações. Nessa escala, dentro de uma cadeia mercantil, a burguesia estrangeira explora a burguesia periférica e esta o seu trabalhador, que vai à condição de superexploração, maior do que a do trabalhador do centro.

O conceito de acumulação de capital que explica como que a utilização do excedente em forma monetária retorna à cadeia produtiva permitindo a ampliação do valor e da taxa de mais-valia – dando o caráter capitalista ao sistema – foi demonstrado em Marx na fórmula DMD'. A apropriação da mais-valia em Marx que é o trabalho não pago ao trabalhador, passa a ter também uma dimensão global visto que a acumulação de capital se concentra mais no centro sem, no entanto, deixar de existir na periferia, o que explica a dinâmica desigual mas permanente do sistema. A burguesia do centro explora a burguesia da periferia que superexplora o trabalhador da periferia, enquanto o trabalhador do centro é explorado “apenas” pela burguesia do centro. Em ambas as situações há apropriação da mais-valia, portanto acumulação de capital, mas a do centro é superior a da periferia. Wallerstein afirma que no século XVI a produção social não possui ainda a característica da especialização capitalista e a acumulação é genérica, do valor que busca sua multiplicação, sendo expressa na fórmula simplificada DD' (ARIENTI, 2007, p. 7-13).

A partir daí é possível estabelecer relações com a teoria de Arrighi. Boa parte da teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação parte do pressuposto braudeliano de que os períodos de expansão financeira são um sintoma da maturidade de determinado desenvolvimento capitalista. A fórmula geral do capital apresentada por Marx DMD', pode ser interpretada como um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial e não apenas como a lógica dos investimentos capitalistas individuais. Esse padrão mostra a alternância de fases de expansão material (fase DM), com fases de renascimento e expansão financeiros (fase MD'); as duas fases completam um ciclo sistêmico de acumulação (ARRIGHI, 1997, p. 6).

Nas fases de expansão material [que consiste de mudanças contínuas], o capital monetário ‘coloca em movimento’

uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dívidas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira [que consistem de mudanças descontínuas], uma massa crescente de capital monetário ‘liberta-se’ de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD’).

A questão é então saber não quando houve a passagem do feudalismo para o capitalismo, mas quando o capital deixou de ser disperso para tornar-se concentrado. Arrighi procura responder essa questão com base na competição interestatal. Considerando que Marx reconheceu a importância das dívidas nacionais – que chamava de alienação do Estado – como um meio de cooperação entre os Estados capitalistas que possibilitou a acumulação primitiva de capital, sendo não o resultado, mas o ponto de partida do capitalismo, Arrighi insere que a competição capitalista pura e simplesmente não é suficiente para explicar o desenvolvimento do capitalismo, mas que deve estar associada à possibilidade de concentração do capital para a organização e o controle dessa competição interestatal. Por intermédio de Marx, ele supera a teoria de Max Weber da “competição interestatal pelo capital circulante”, que neste autor se constitui fator fundamental para a criação do capitalismo moderno, para a compreensão do comércio, das políticas monetárias, do equilíbrio político entre os Estados modernos europeus dos últimos cinco séculos. Para Weber, o Estado moderno, por meio da competição pelo capital em circulação, gerou as condições que puderam atribuir-lhe o poder, na memorável aliança dos Estados em ascensão com as forças capitalistas. Segundo Arrighi (1997, p. 14):

[...] a expansão do poder capitalista nos últimos quinhentos anos esteve associada não apenas à competição interestatal pelo capital circulante, como enfatizou Weber, mas também à formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político em que se realizava a acumulação de capital em escala mundial.

7 GLOBALIZAÇÃO: ERA DE TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO

Após essa tomada geral da teoria dos sistemas-mundo, passa-se a entendê-la como instrumento de análise da realidade atual. Globalização é o termo mais usado para identificar as atuais mudanças que atingem o momento econômico atual, falando-se muito em flexibilidade do capital e do trabalho, além da transnacionalização. O que os autores analisados – principalmente Wallerstein e Arrighi – se perguntam é: qual o fator realmente inédito que dá ao momento atual uma feição inovadora, de algo completamente diferente na história mundial?

Começam por questionar propriamente essa identificação muito divulgada da Globalização como um momento inédito na história do capitalismo. Pela própria teoria dos sistemas-mundo, o capitalismo, por meio de economias-mundo diferentes, adquiriu uma dimensão mundial ao longo do tempo. Os ciclos genovês, holandês, britânico e norte-americano são momentos da organização das economias-mundos. Na perspectiva histórica do capitalismo, quando percebido na longa duração, vê-se ser possível identificar alguns conceitos que caracterizam mudanças e repetições no seu desenvolvimento: o sistema interestatal, a relação centro-periferia, os momentos de acumulação do capital e de expansão financeira, a interdependência de várias regiões do globo. As formas pelas quais as economias-mundo se estabeleceram dentro do desenvolvimento do sistema capitalista mundial foram particulares a cada época, cada uma com suas próprias características. Pensando junto com Fernand Braudel, para o qual as marcas notáveis do capitalismo são sua grande flexibilidade e capacidade de adaptação, por que não pensar a Globalização como mais uma etapa do desenvolvimento capitalista, inserida no tempo histórico? Esse é o desafio proposto pela abordagem feita pela teoria dos sistemas-mundo.

Iniciando pelas semelhanças, pode-se notar tanto na análise de Wallerstein quanto na de Arrighi, que ambos interpretam o fenômeno da Globalização como uma fase de transição pela qual passa o sistema capitalista. Em ambos também podem ser percebidas

referências contextuais semelhantes, uma equivalência contextual que assegura uma constatação empírica das análises, que lhes dá validade dentro do arcabouço de categorias teóricas que utilizam. Há, também, uma correspondência no entendimento do último ciclo econômico do capitalismo, iniciado aproximadamente entre os anos de 1930 e 1945, ainda inacabado e cujo centro dinâmico são os Estados Unidos da América. Conforme foi exposto, as diferenças entre as teorias dos dois sociólogos não apenas criam visões distintas da história do capitalismo, mas em consequência disso também refletem diferentemente sobre a compreensão do momento atual.

No caso de Immanuel Wallerstein, esse autor apóia-se sobre as permanências na longa duração, prevendo uma continuidade entre os ciclos econômicos do capitalismo. Seus modelos são os ciclos de Kondratieff e o *trend* secular, que ora atenua, ora reforça os primeiros. Portanto, para Wallerstein, a Globalização – que ele prefere chamar de Mundialização – situa-se no quarto e último ciclo de Kondratieff, dentro de um *trend* secular de alta. Como esse ciclo está inacabado, ele é dividido numa fase A de ascensão e numa fase B de declínio, estando aí mais especificamente o momento atual. Apresentam-se a seguir as razões para que seja feito esse entendimento.

A propagada mundialização dos anos 90 vinha com toda sua “originalidade”, impede de perceber que na verdade existe uma crise histórica. Como as transformações ocorridas não apresentam regras bem definidas, é melhor compreender o período como uma fase de transição, de adaptação dos países atrasados e de mudanças no sistema-mundo. Apesar de serem os anos 90 considerados a principal referência para a mundialização, sua explicação enquanto fenômeno do capitalismo é bem anterior, dividida em dois eixos temporais que se estendem até a atualidade; o primeiro iniciado em 1945 e o segundo por volta de 1450 (WALLERSTEIN, 2003, p. 72-73).

O período que vai de 1945 até hoje corresponde ao de um ciclo de Kondratieff típico da economia-mundo, em que se podem distinguir, como sempre, duas partes: uma fase A, de flutuação com

viés de alta ou de expansão econômica, que se estende de 1945 até 1967-73; e uma fase B, de flutuação com tendência de baixa ou de contração econômica, que vai de 1967-1973 até hoje e provavelmente vai prosseguir por ainda alguns anos. Inversamente, o período que se estende de 1450 a nossos dias marca os limites do ciclo de vida da economia-mundo capitalista, com seu período de gênese, seguido de um período de desenvolvimento normal e que, atualmente, entrou em seu período de crise terminal.

A fase A do ciclo de Kondratieff corresponde ao apogeu dos Estados Unidos no sistema-mundo após 1945. A situação do pós-guerra permitiu a esse país uma enorme superioridade produtiva, promovendo a mais longa fase de expansão da produção na economia capitalista, gerando grandes riquezas e também grandes tensões. As metas imediatas dos Estados Unidos no pós-guerra eram manter a estabilidade favorável à sua preponderância econômica e reestabelecer a demanda no resto do mundo. Para isso, foram criadas instituições internacionais, como as Nações Unidas, o FMI e o Banco Mundial, pelas quais os Estados Unidos mantiveram a ordem e o controle político. E fundamentalmente, estabeleceram um compromisso com a União Soviética pelo acordo de Ialta. Esse acordo pode ser sintetizado em três cláusulas: primeira, que o mundo seria dividido em duas zonas de controle respectivas aos Estados Unidos e à União Soviética; segunda, que a zona soviética poderia desenvolver-se isolada e autonomamente, sem receber influência ou auxílio norte-americano; terceira, as duas partes permitiram uma hostilidade recíproca para manterem suas respectivas zonas de controle sob domínio; esse acordo chegou ao cume no cerco de Berlim e na guerra da Coreia. Os Estados Unidos aproveitaram para restabelecer a demanda e o escoamento de sua produção e criaram o Plano Marshall para a Europa Ocidental assim como prestaram ajuda econômica ao Japão, depois da guerra da Coreia. As tensões da Guerra Fria oportunizaram a criação de laços militares que reforçaram os laços econômicos, tanto na Europa Ocidental quanto no Japão, por exemplo, com o surgimento da Otan e do pacto de

defesa EUA/Japão. Assim, essas foram as zonas que saíram beneficiadas após a Segunda Guerra Mundial. E o resto do mundo?

O conjunto dos países do Terceiro Mundo, os menos favorecidos, os satélites da URSS, não participaram dos “espólios” e não raras vezes, estiveram envolvidos em violentas sublevações que gradualmente vinham desestabilizando a hegemonia dos países centrais em qualquer uma das duas zonas. Particularmente, os Estados Unidos sofreram especialmente com a guerra do Vietnã e principalmente com a crise do petróleo de 1973. Neste ínterim, a grande prosperidade da Europa Ocidental e do Japão transformou-se na pior ameaça a hegemonia norte-americana, porque passaram a ter altos índices de produtividade retomando o controle de seus mercados nacionais e com produtos competitivos de modo que declinava a preponderância econômica norte-americana no final dos anos 60. O mercado mundial saturou e a rentabilidade de setores industriais caiu, como aço, automóveis e eletrônicos. A conjuntura econômica se deteriorou. Com os excessivos gastos políticos e militares no exercício de sua hegemonia, os Estados Unidos começaram um maior controle financeiro. O descontentamento se generalizava a partir de 1968.

Tendo chegado ao seu longo período de estagnação, a economia-mundo por volta de 1970 sofria com o declínio da lucratividade. Esta passou a ser buscada na esfera financeira e não mais na produtiva. O desemprego aumentou no mundo e a produção se deslocou para as regiões periféricas onde os salários eram mais baixos. A oposição à hegemonia norte-americana e ao conluio soviético mantinha-se; a “velha esquerda” (comunista, social-democrata ou populista) estava desacreditada por terem falhado nas suas promessas históricas de transformação da sociedade.

Inaugurou-se nesse contexto a fase B do ciclo com a elevação do preço do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Sobre as consequências desse acontecimento salienta-se que houve um refluxo dos excedentes econômicos mundiais, capaz de abalar a economia produtiva norte-americana e dos países a ela dependentes, enquanto proporcionava o crescimento do capital financeiro e do nível de emprés-

timos. Os Estados Unidos reagiram criando o acordo trilateral e o G-7, sendo mais flexíveis, após o Vietnã, nas crises da Nicarágua, Irã, Angola e no Camboja. O centrismo liberal e o keynesianismo davam espaço a uma política agressiva de tentativa de redistribuição de recursos, de inversão da redistribuição social, inaugurada por Margaret Thatcher e que se convencionou chamar de “neoliberalismo”.³ Iniciavam-se os anos 80.

Com a diminuição dos créditos aos países pobres vieram as crises do endividamento externo. Na zona soviética, a crise polonesa e a invasão do Afeganistão anunciaram a desintegração do sistema. Quatro fórmulas resumem os anos 80: a “crise da dívida” que causou sérios danos na América Latina, África e na Europa Central/Oriental; no Extremo-Occidente se chegou à plenitude do sucesso o Japão, os Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong), o Sudeste asiático e a China Continental; o “keynesianismo militar” de Ronald Reagan acabou com a recessão e o desemprego elevado nos Estados Unidos graças aos empréstimos contraídos com o Japão e o aumento da dívida nacional norte-americana; os “títulos podres”, pela compra dos quais as grandes empresas pretendiam ter lucros de curto prazo numa “receita de enxugamento” que incluía salários mais baixos às classes médias. Com exceção do Extremo-Oriente e de uma classe média alta, os *yuppies*, o mundo experimentou uma queda geral da renda e a derrocada das moedas. Nesse contexto, desmoronou a União Soviética, havendo a ruptura do há muito flexibilizado acordo de Ialta. Os três ciclos de endividamento⁴ vindos desde os anos 70 chegaram ao limite de sua expansão, fazendo eclodir a bolha especulativa no mercado imobiliário japonês. Iniciavam-se os anos 90.

No Oriente Médio, a situação pós-Ialta serviu para as pretensões expansionistas do Iraque de Saddam Hussein que pretendia unificar os árabes sob seu controle, assim como pretendia controlar o petróleo. A Guerra do Golfo causada pela invasão do Kuwait, seria onerosa demais só para os Estados Unidos e teve que ocorrer numa aliança de países. Na Europa Ocidental a criação do Euro foi um passo essencial para a posterior unificação, levando ao desligamento político com os Estados Unidos, que foi exposto na Guerra dos Balcãs com a fra-

ca intervenção da Otan. Do outro lado do mundo, a “crise asiática” do Sudeste e dos Tigres asiáticos foi acompanhada de uma intervenção desastrosa do FMI, propagando a deflação naquela região, na Rússia e no Brasil. Quando essa deflação ocorrer nos Estados Unidos, será a última subfase da fase descendente do atual ciclo.

Nessa breve exposição da análise de Wallerstein vê-se o comportamento do capitalismo em um de seus ciclos, que tem natureza diversa dos demais. Para complementá-los, o autor propõe ainda a associação desses ciclos às tendências seculares, que combinados, formam o funcionamento normal de um sistema e permitem perceber o deslocamento do equilíbrio de um sistema que chegado a um determinado momento, vê-se diante de uma “bifurcação”, ou seja, deve necessariamente seguir por um único caminho. Essa é a situação atual da economia-mundo capitalista. São três as tendências seculares – estruturais de longo prazo – que servem ao equilíbrio do sistema, colocando obstáculos à capacidade de acumulação de capital ao aumentarem os custos de produção e conseqüentemente, diminuir a renda dos capitalistas dada na mais-valia. “Essas três tendências são a ‘desruralização’, o esgotamento ecológico e a democratização. Elas aumentam, respectivamente, o custo do trabalho, o custo dos fatores de produção e o peso dos impostos.” (WALLERSTEIN, 2003, p. 86). Os efeitos dessa tendência serão tratados no próximo item.

Chega-se agora ao caso de Giovanni Arrighi. Na análise anterior, ficou explícita a continuidade. Na análise que se segue percebe-se o mesmo contexto, com uma satisfatória congruência factual, mudada então a percepção das transformações ocorridas na atualidade baseada no conceito dos “ciclos sistêmicos de acumulação”. Já foi ressaltada a importância conferida à ruptura na passagem de um a outro ciclo do sistema capitalista mundial. Dessa perspectiva, a Globalização será aqui entendida com base na idéia de “[...] que cada mudança esteve associada a uma verdadeira ‘revolução organizacional’ nas estratégias e estruturas do agente preponderante da expansão capitalista.” (ARRIGHI, 1997, p. 15).

Partindo da premissa que se atravessa um momento decisivo da história do capitalismo e de que os processos de mudanças com descontinuidades são

mais típicos do que os momentos de expansão generalizada, serão buscados os fatores sistêmicos que condicionam as mudanças reorganizacionais e como elas ocorrem. Os sintomas dessas transformações são amplamente divulgados por inúmeros autores em relação ao atual contexto da Globalização. Mudanças globais e locais no modo de funcionamento do capitalismo, mudanças na configuração espacial dos processos de acumulação deslocando-se dos países de alta renda para os de baixa renda nos anos 70 e nova centralização do capital nos países de alta renda nos anos 80, indicam para a tendência de aumento da mobilidade do capital. Mudanças nos processos de produção e de troca, com a crise da produção em massa do modelo fordista e a crescente “especialização flexível.”⁵ Aumento da “informalidade” com empresas pessoais ou familiares que contornam as restrições legais.

Enquanto os “regulacionistas” explicam tais mudanças como resultadas do regime de acumulação fordista-keynesiano, de maneira semelhante fala-se também do fim do “capitalismo organizado” e da emergência de um “capitalismo desorganizado”. Ou ainda, em oposição a essa desintegração do sistema capitalista, postula-se uma transição histórica do fordismo-keynesianismo para um novo regime de “acumulação flexível” resultando no aumento do poder do capital financeiro ante o Estado nacional e conseqüentemente, conforme Harvey (1989, p. 191-194 apud ARRIGHI, 1997, p. 3) na “[...] explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, ligada à ascensão de sistemas muito sofisticados de coordenação financeira em escala global” residindo aí a verdadeira inovação do capitalismo das décadas de 1970 e 1980. Arrighi (1997, p. 4) se propõe a responder questões desse tipo, só que “[...] à luz de padrões de repetição e evolução que abarcam todo o curso do capitalismo histórico como sistema mundial.” O contexto dessas elocubrações já nos é conhecido: após a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, que é analisado por intermédio de uma possível dialética entre o Ocidente histórico e o não-Ocidente.

O processo de descolonização afro-asiático foi acompanhado pela instalação de um poderoso aparato militar destrutivo das forças ocidentais, por exemplo, as bases ultramarinas norte-americanas. Esse destino

de domínio do Ocidente foi interrompido pela resistência do Vietnã, apogeu do processo de configuração tripartite do Ocidente e não-Ocidente em Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos (ARRIGHI, 1997, p. 21):

Enquanto o não-Ocidente histórico foi quase inteiramente agrupado no Terceiro Mundo, o Ocidente histórico cindiu-se em três componentes distintos. Os mais prósperos (a América do Norte, a Europa Ocidental e a Austrália), acrescidos do Japão, passaram a constituir o Primeiro Mundo. Um de seus componentes menos prósperos (a União Soviética e a Europa Oriental) passou a constituir o Segundo Mundo, e um outro (a América Latina) juntou-se ao não-Ocidente para constituir o Terceiro Mundo.

E a conjuntura econômica indicava uma equiparação de forças no sistema mundial (ARRIGHI, 1997, p. 22):

Era grande a demanda pelos recursos naturais dos países do Terceiro Mundo, bem como por sua mão-de-obra abundante e barata. Agentes dos banqueiros do Primeiro Mundo faziam fila nas ante-salas dos governos do Terceiro Mundo (e do Segundo), oferecendo a preços módicos o capital ultra-abundante que não conseguia encontrar investimentos lucrativos em seus países de origem. Os termos de intercâmbio voltaram-se claramente contra o Ocidente capitalista, e a defasagem da renda entre os países do Primeiro e do terceiro Mundos parecia estar-se reduzindo.

Mas essa equiparação mostrou-se fracassada. O financiamento da 2ª Guerra Fria, a compra interna de votos, fez com que os Estados Unidos endurecessem na disputa pelo capital circulante e escassearam a oferta de recursos disponíveis, fazendo com que os termos de intercâmbio voltassem a ser favoráveis ao Ocidente capitalista. A União Soviética finalmente deixou o campo das superpotências e seus fragmentos passaram a competir com o Terceiro Mundo pelos mercados do Ocidente. Os Estados Unidos reiteraram seu monopólio global de uso da violência. Vieram as divergências geopolíticas e o surgimento do “arquipélago capitalista” (ARRIGHI, 1997, p. 22-23):

Esse arquipélago compõe-se de várias “ilhas” do capitalismo, que se elevam sobre um “mar” de trocas horizontais entre os mercados locais e mundiais, através da centralização, dentro de seus domínios, de lucros em larga escala e atividade de alto valor adicionado. Abaixo desse “mar” ficam as massas trabalhadoras, imensas, baratas e extremamente industriais de todas as regiões do leste e sudeste asiáticos, nas quais as “ilhas” capitalistas fincam suas raízes, mas sem lhes fornecer os meios necessários para que subam até ou acima do “nível do mar”.

O Japão é a maior dessas “ilhas” e as menores são as cidades-Estado de Cingapura e Hong-Kong, o país-fortaleza de Formosa e o semi-Estado nacional da Coreia do Sul. Nenhum desses países é poderoso em termos convencionais, mas, na coletividade do arquipélago, forçam os centros ocidentais a uma reorganização e reestruturação. Nesse prospecto, o fato que chama atenção é em relação à posição do Japão.

Após a Guerra da Coreia, o Japão recebeu uma sucessiva ajuda econômica dos Estados Unidos até o ponto em que pôde se recuperar, controlando o seu mercado interno e começando a expandir-se por meio de produtos de alta tecnologia que podiam concorrer com outros no mercado externo. Enquanto o Japão vai se tornando uma economia próspera, tal como a Europa Ocidental, os Estados Unidos iniciam um processo de estagflação, que resulta no controle de suas finanças internas. Como a economia-mundo não lhe é mais tão favorável, os Estados Unidos são obrigados a recorrerem aos empréstimos dos próprios japoneses, gerando um fluxo de capital da periferia para o centro. Isso já implicaria uma alteração no padrão de repetição dos ciclos anteriores do sistema capitalista quando, em fase de decadência, eram os “ex-centros” que faziam do empréstimo de grandes somas de capital, principalmente para os seus rivais, um dos principais ramos de seus negócios. O que se vê, entretanto, na atualidade, é uma situação inversa: os Estados Unidos não estão exportando capitais mas importando-os dos japoneses, seja mediante financiamentos, seja por meio da compra de bens norte-americanos.

Apesar de ser uma anomalia aparente, os Estados Unidos se mantêm como país forte no sistema

mundial e o Japão como país fraco. A transferência de recursos nesse sentido, do fraco para o forte, ocorreu também na ajuda econômica norte-americana para a Grã-Bretanha depois da guerra. Como assinala Arrighi (1997, p. 18-19):

[...] a verdadeira anomalia das relações nipo-americanas durante a atual expansão financeira não está no fato de o capital japonês haver fluído para os Estados Unidos no início da década de 1980, mas no de o capital japonês ter-se beneficiado tão pouco da assistência econômica prestada aos Estados Unidos na escalada final da Guerra Fria contra a antiga União Soviética.

Outros três aspectos vão representar alterações no padrão de repetição dos ciclos sistêmicos de acumulação.

A primeira delas é se a posição estrutural das organizações privadas líderes do capitalismo mundial em relação aos Estados é, hoje em dia, a mesma daquela observada desde o século XVI. É correto afirmar que existe um padrão nas relações Estado-capital, que consiste nas recorrentes expansões financeiras, nas quais as organizações capitalistas líderes tendem a tirar do fluxo do caixa de comércio e produção para reorientar suas atividades para o crédito, o empréstimo e a especulação. No entanto, as expansões financeiras sinalizam quando aquelas organizações começam a ser deslocadas dos comandos do capitalismo mundial por uma nova liderança, ou seja, é um dos sintomas da reestruturação sistêmica. A diferença fundamental, portanto, está no fato de que mudaram as formas corporativas dessas organizações. Enquanto no ciclo dos séculos XVII e XVIII as companhias licenciadas de capital eram mistas (privadas e governamentais), agiam com base no monopólio sobre o comércio com as regiões não-européias e defendiam os interesses do Estado, as corporações multinacionais de hoje são estritamente privadas e atuam sobre Estados soberanos. Enquanto as antigas companhias dependiam de privilégios do exclusivo metropolitano, as multinacionais se estabelecem e se reproduzem com base num regime de concorrência entre elas próprias. Existem aí dois tipos corporativos de capitalismo. A expansão das multinacionais norte-americanas

representou a ascensão de uma nova liderança no capitalismo mundial. Se em um determinado momento elas voltaram-se contra o seu Estado, foi porque este iniciou um controle econômico tamanho, de tal forma que os excedentes conseguidos pelas suas multinacionais acabaram não sendo repatriados, indo parar em “paraísos fiscais”. A proliferação das corporações multinacionais é uma novidade nas relações Estado-capital.

A segunda é se a verdadeira novidade da onda de Globalização é a dificuldade que as instituições dominantes do capitalismo mundial enfrentam para acomodar as demandas combinadas do Terceiro Mundo e das classes trabalhadoras do Ocidente. Não se pode depreender que os ataques às classes trabalhadoras sejam resultados do enfraquecimento dos Estados. Empiricamente, foi a reabilitação da doutrinas neoliberais por Thatcher e Reagan que os iniciaram. Na segunda metade do século XIX, o utilitarismo foi expressão de um momento de fortalecimento dos Estados, não era visto como um ataque às classes trabalhadoras assim como os Estados da época eram totalmente diferentes dos atuais. Apesar da retórica minimalista, os Estados atuais são “inchados” e servem para esvaziar o poder social dos trabalhadores do Primeiro Mundo e dos povos do Terceiro Mundo ao mesmo tempo em que busca aumentar a confiança num capital transnacional e volátil. A ofensiva contra os direitos dos trabalhadores de hoje é resultado de circunstâncias históricas que são radicalmente diferentes das do século XIX.

A terceira trata do aparente deslocamento do epicentro da economia global para o Leste Asiático. É importante lembrar que

[...] a maior concentração de recursos de poder no Ocidente histórico, tem sido acompanhado pelo fortalecimento econômico de Estados muito distantes dos centros de poder tradicionais do Ocidente, numa escala sem precedentes na Era Moderna. (ARRIGHI, 2003, p. 10).

Embora concentrando os meios de destruição em massa, os Estados Unidos não dispõem de recursos humanos ou financeiros para que essa centralização torne-se poder global. Por outro lado, os países asiáticos não pretendem assegurar a permanência he-

gemônica norte-americana. Há uma cisão do poder militar num país ocidental hegemônico decadente e do poder econômico nos países do Leste Asiático.

8 CONCLUSÃO

Tamanha a dimensão das análises empreendidas, seria injusto terminá-las com a reinterpretação da atualidade, sem maiores conseqüências. Uma última possibilidade inquietante também pode ser buscada: se existem de fato, aspectos que denotam que o atual momento passa por mudanças e que essas mudanças podem significar um período de transição do capitalismo, qual será o seu fim? Ou seja, como o capitalismo se apresentará neste ou no próximo século? Ou ainda, o que existirá, poderá ser chamado de capitalismo?

Todas essas questões são dúvidas que nos colocam em uma situação histórica muito particular, de presenciar, participar ou pelo menos, iniciar essas mudanças. Quando Wallerstein falava das tendências seculares que atingiam o capitalismo, referia-se ao

processo de “desruralização” – que em última instância vem provocando o desaparecimento da fonte de trabalho especializada, em virtude dos baixos salários –, do esgotamento ecológico – que requer internalização dos custos de produção –, e da democratização – que aumentam impostos pelas exigências de investimentos em saúde, educação e garantias outras. Para ele o indivíduo está na bifurcação onde um só caminho deve ser seguido: as classes capitalistas tentarão erguer um novo sistema hierárquico e desigual, que já não será mais capitalismo e o desfecho disso dependerá do grau de clareza da análise desse sistema e da construção de um amplo bloco de forças democráticas mundiais, para enfrentar as instabilidades que o novo e necessário equilíbrio do sistema imporá.

Arrighi (1997, p. 19), sem apontar para ações futuras, também não pode afirmar o que será; junto com ele, resta indagar: “[...] será que as estruturas do capitalismo norte-americano constituem o limite máximo do processo de seis séculos através do qual o poder capitalista atingiu sua escala e alcance atuais, que parecem tudo abranger?”

The Worlds-Systems and the Globalization

Abstract

The present article intends to show through the organization of what constitutes the theories of Worlds-Systems; the debates on historical capitalism, in another words, debates on the affirmation of the capitalist world system from a long time perspective. This theory is basically the initial contribution of three authors – a historian and two social scientists: Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein and Giovanni Arrighi. The similarities and differences amongst the three authors allow the conception of the capitalist system with certain distinctions that can, in turn, result on problematics and various possibilities in understanding the globalization seen as a unique moment in the historical process, at the same time singular and standardized. The present moment can be comprehended through an analysis quite different of those that propose taking a superficial look into globalization as a mere continuation and improvement of Capitalism in the end of the 20th century. The equilibrium of the system and the ascension of new focuses are important factors in this new analysis. The goal is the understanding of the meaning of historical capitalism through knowledge of its accumulation cycles and through the repetitions regarding these cycles – in which there are established patterns - to interpret the nature of Globalization as a part of the historical development of the capitalist system. The analytical methods derived from the long duration to particular models of continuity in the Kondratieff's cycles or rupture in the systemical accumulation cycles. The discussion lies in the fields of Historical Macrosociology.

Keywords: Capitalism. Cycles. Continuity. Rupture. Transition.

Notas explicativas

- ¹ Este debate pode ser apreciado com pormenores no artigo de Arrighi (2003).
- ² Essa síntese do pensamento de Wallerstein sobre o sistema mundial como unidade de análise pode ser encontrada no artigo de Arienti e Filomeno (2007).
- ³ V. Explica de forma mais minuciosa os efeitos da crise do petróleo no início da fase B de declínio, em 1973. Wallerstein (2003, p. 78-80).
- ⁴ V. Wallerstein (2003, p. 82-84). Os três ciclos são: empréstimo de petrodólares ao terceiro Mundo e aos países socialistas; os empréstimos do governo dos Estados Unidos; os empréstimos das grandes empresas. Eles saturaram o mercado e aumentaram as (pseudo)falências.
- ⁵ Baseada em sistemas de máquinas especializadas, operando no interior de empresas gigantescas, com integração vertical e administração burocrática. Arrighi (1997, p. 2).

REFERÊNCIAS

ARIENTI, Wagner; FILOMENO, Felipe. Economia Política do Moderno Sistema Mundial: as Contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. In: **Ensaio FEE**. Florianópolis: Ufsc, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

_____. Globalização e Macrossociologia Histórica. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: UFPR, 2003. n. 20, p. 13-23. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-4782003000100003&lng=en&nrm=isso> Acesso em: 2 out. 2007.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v. 3.

_____. **Escritos sobre a História**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. (Col. Debates, n. 131).

MARX, Karl. A Evolução da Propriedade. In: FERNANDES, Florestan (Ed.) **Marx Engels: História**. São Paulo: Ática, 1983.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos Sistemas Mundiais. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. Mundialização ou era de Transição? Uma visão de Longo Prazo da Trajetória do Sistema-Mundo. In: CHESNAIX, F. **Uma Nova fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

Recebido em 13 de dezembro de 2007

Aceito em 22 de julho de 2008